DESASTRES AMBIENTAIS: a importância da articulação entre o saber técnico e o saber popular para o aprimoramento da política de proteção e defesa civil

Adriana Soares Dutra[1], Angelina Maria da Silva Pessanha[2], Débora da Silva Nascimento[3], Franciele Ribeiro de Alvarenga[4], Letícia Carvalho da Silva[5]

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo apresentar uma análise sobre o registro dos desastres relacionados à água realizado pelo poder público e disponibilizado por meio do Sistema Integrado de Informações sobre Desastres (S2ID) da Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil, confrontando-o com a ótica dos sujeitos afetados da região de Santo Eduardo, 13º distrito do município de Campos dos Goytacazes-Rj, onde situações de desastres relacionadas às águas são enfrentadas desde o século XIX, causando danos e perdas irreparáveis à cidade e aos seus residentes. Demonstra-se que só o saber técnico não se constitui como suficiente, e que a articulação com o saber popular é de suma importância para o aprimoramento da gestão de desastres e a construção de novos saberes que contribuam para mudanças efetivas na atuação do poder público e nas políticas públicas de enfrentamento aos desastres.

Palavras-chave: Desastres ambientais; Saber popular; Saber Técnico; S2ID.

ABSTRACT

This paper aims to present an analysis on the disasters record carried out by the public power and provided by the Integrated Information System on Disasters (S2ID) of the National Secretary for Civil Defense and Protection, compared to the viewpoint of the affected individuals from the region of Santo Eduardo, 13th district of the municipality of Campos dos Goytacazes-Rj, where disaster situations related to water have been experienced since the XIX century, causing irreparable damages and losses to the city and its residents. It has been shown that just technical knowledge it is not enough, and that the articulation with popular knowledge is extremely important for the improvement of the disaster management and the development of new knowledge to contribute for effective changes in the intervention of public authorities, and public policies for confronting disasters.

Keywords: Environmental disasters; Popular knowledge; Technical knowledge; S2ID

[1] Universidade Federal Fluminense; Doutora em Serviço Social; adrianadutra@id.uff.br.
[2] Universidade Federal Fluminense; Graduanda em Serviço Social; angelinamariapessanha@id.uff.br.
[3] Universidade Federal Fluminense; Graduanda em Serviço Social; deboranascimento@id.uff.br.
[4] Universidade Federal Fluminense; Graduanda em Serviço Social francieledealvarenga@hotmail.com.
[5] Universidade Federal Fluminense; Graduanda em Serviço Social; leticiacarvalhosilva@id.uff.br.

1 INTRODUÇÃO

A análise da realidade, o conhecimento das demandas sociais e dos entraves para seu atendimento constituem aspectos fundamentais para o processo de construção e avanço das políticas públicas e, mais especificamente, das políticas sociais. Em um processo dinâmico, uma das formas de acesso a essas informações é exatamente o campo das políticas, que pode funcionar como instrumento para acesso a dados e informações referentes à vida social. Em que pesem os limites existentes desde a sua gênese, considerando a ambiguidade que estrutura a política social na ordem do capital, conforme já sinalizado (BEHRING; BOSCHETTI, 2011; VIEIRA, 2007; NETTO, 1996), como forma de materialização dos direitos sociais, as políticas sociais podem também expressar vitórias da economia política do trabalho sobre a economia política do capital (COUTINHO, 1997)

Nesse sentido, nos valemos da reflexão de Pereira (2020) a qual sustenta que a identificação da política social capitalista

> com intervenções planejadas, sob a forma de provisões públicas para suprir carências vitais, ampliar oportunidades includentes e reduzir riscos sociais, esconde o que ela tem de mais intrínseco: a sua natureza contraditória e complexa, eivada de paradoxos difíceis de decifrar (PEREIRA, 2020, p. 33),

ou seja, daquilo que o capitalismo não tem interesse em explicitar.

No nosso entendimento, essa realidade também se faz pertinente no caso de outras políticas públicas e se torna bastante visível quando nos debruçamos sobre o campo dos desastres. O predomínio da racionalidade técnico-científica, o tratamento dos desastres como eventos pontuais que emergem com a materialização de riscos objetivos e o oferecimento de respostas imediatas e pontuais são alguns dos aspectos que atravessam a produção dos dados e as informações sobre os desastres publicizadas no Brasil, dificultando a compreensão da relação entre os desastres com aspectos sociais, econômicos e políticos mais amplos e estruturais.

Entre os estudos sobre o tema no âmbito das ciências sociais e ciências sociais aplicadas, uma das questões apontadas tem sido a importância de uma construção de conhecimento e de uma ação que tenha, efetivamente, a população afetada pelos

desastres em seu centro (DUTRA, 2021). Aponta-se a necessidade de compreensão sobre quem são os sujeitos afetados, em suas determinações de classe, gênero e raça/etnia, quais as visões predominantes em relação aos desastres, assim como as formas de resistência encontradas por estes sujeitos para darem continuidade às suas vidas após o impacto.

Diferentes estudos realizados pelo NESA (Núcleo de Pesquisas e Estudos Socioambientais) sobre inundações no norte fluminense indicaram que no município de Campos dos Goytacazes, tais eventos atingiram em sua maioria, bairros que concentram os trabalhadores mais empobrecidos, marcados também por determinações de etnia, gênero e outros aspectos que caracterizam os chamados processos de vulnerabilização (ACSELRAD, 2006). Isso reforça a afirmação de Valencio (2009, p. 44) de que "os fenômenos naturais (como chuvas intensas) afetam, primeiramente, a territorialização dos empobrecidos". Todavia, nem sempre essa realidade é evidenciada ou acessada facilmente.

A busca de sua superação, no nosso entendimento, passa tanto pelo apontamento das necessidades de melhorias a serem realizadas nos instrumentos públicos, assim como pelo investimento em outras formas de conhecimento que ultrapassem os dados secundários e incluam também a pesquisa com dados primários tanto quantitativos como qualitativos, de forma a reconhecer a importância não apenas do conhecimento científico, mas também os seus limites e a sua necessária articulação com o saber popular.

Considerando estes aspectos, o presente trabalho se insere como parte da pesquisa, em andamento no âmbito do Núcleo de Pesquisas e Estudos Socioambientais da Universidade Federal Fluminense, denominada "Mobilização social e enfrentamento de desastres ambientais em Campos dos Goytacazes, no norte fluminense/RJ"[i] e tem como objetivo apresentar uma análise sobre o registro dos desastres ambientais relacionados às águas realizado pelo poder público e disponibilizado por meio do Sistema Integrado de Informações sobre Desastres (S2ID) da Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil, confrontando-o com a ótica dos afetados, a partir da realidade específica de Santo Eduardo, 13º distrito do município,

identificado como um dos locais de maior incidência de impactos de desastres na região.

O caminho trilhado pautou-se na metodologia adotada para a pesquisa mais ampla, que conta com o levantamento de dados secundários sobre as situações de desastres ocorridos no município de Campos dos Goytacazes entre 2003 e 2018 com base nos documentos disponibilizados no Sistema Integrado de Informações sobre Desastres da Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil (S2ID) e complementados pela Secretaria Estadual de Defesa Civil do Rio de Janeiro[ii] e em 13 entrevistas em profundidade realizadas com moradores do distrito de Santo Eduardo.

Tanto as atividades de levantamento de dados como as entrevistas foram acompanhadas de estudos teóricos, os quais possibilitaram uma melhor compreensão da realidade em questão, incluindo o aprofundamento do conhecimento do município de Campos dos Goytacazes, do processo de formação sócio-histórica da cidade, dos costumes dos moradores e da economia local, os quais foram baseados nas publicações de Rodrigues (1988) e Lamego (1945).

2 O SISTEMA INTEGRADO DE INFORMAÇÕES SOBRE DESASTRES

Compreender os desastres, suas causas e determinantes, assim como seus impactos, caracteriza-se como uma tarefa fundamental para a sua prevenção e seu enfrentamento. Nesse sentido, é de suma importância atentar-se às informações e dados que possam traduzi-los, de forma que nos possibilitem compreendê-los enquanto um processo social (VALENCIO, 2014), o contexto no qual são produzidos, quem são os afetados, os danos causados, e principalmente as respostas destinadas a eles, que são elementos necessários para o monitoramento e a elaboração de políticas públicas em todas as suas etapas (ALEXANDRE, 2021).

À vista disso, um banco de dados se constitui como um importante instrumento de sistematização e disponibilização de dados e informações sobre desastres. Ele pode possuir diferentes escalas de abrangência, desde local, nacional, e até mundial. Mas é importante que ele seja “uma fonte de informações legítimas, confiáveis,

verídicas e, principalmente, diversificadas e ampliadas sobre os processos de desastres" (ALEXANDRE, 2021, p.13).

O Sistema Integrado de Informações sobre Desastres (S2ID) possui dimensão nacional e é um dos produtos da Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil – SEDEC. Trata-se de uma plataforma *web* criada a partir da Lei nº 12.608/2012, que institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil - PNPDEC, cujo artigo 13 autoriza "criação de sistema de informações de monitoramento de desastres, em ambiente informatizado, que atuará por meio de base de dados compartilhada entre os integrantes do SINPDEC visando o oferecimento de informações atualizadas" de todo o território nacional (BRASIL, 2012).

Nesse sentido, o sistema, que entrou em funcionamento no ano de 2013, volta-se para o registro dos desastres ocorridos nos municípios e estados pelos órgãos de proteção e defesa civil, compilados com o objetivo de gerar um panorama sobre o cenário brasileiro de eventos naturais, e "organizados e detalhados de acordo com as ferramentas do portal: Série Histórica, Arquivo Digital e Atlas Brasileiro" (ALEXANDRE, 2021, p.28-29).

Para além dessas, outra ferramenta existente no sistema é chamada Relatórios, onde são apresentados dados relacionados aos registros de danos e prejuízos, e informações sobre reconhecimento federal de situação de emergência ou estado de calamidade pública, contabilizados desde 2013.

Na página da Série Histórica é possível encontrar as principais informações sobre os processos de reconhecimentos federais de situação de emergência e estado de calamidade pública realizados pela SEDEC desde o ano de 2003, através de filtros por período anual (2003 a 2016) ou por estado, apesar de na descrição da ferramenta indicar que só tenham informações a partir do ano de 2013. No Atlas Brasileiro é possível encontrar informações referentes aos registros de desastres ocorridos no território nacional de 1991 a 2012, sendo 26 volumes estaduais (o volume estado de Goiás inclui os dados do Distrito Federal) e um volume para todo o Brasil.

Já a ferramenta usada no nosso levantamento, o Arquivo Digital, contém documentos que consolidam um histórico dos eventos ocorridos nacionalmente até o ano de 2017, e possibilita um panorama historial sobre o cenário brasileiro de

desastres. São apresentados, inclusive, dados anteriores à criação do sistema que foram levantados, digitalizados e disponibilizados. Na respectiva página, a consulta pode ser realizada a partir dos seguintes filtros: “Data Inicial”, “Data Final”, “Tipo de documento”, “Estado”, “Município” e “Desastre”.

Como resultado da pesquisa nessa ferramenta são listados todos os documentos disponíveis de acordo com os filtros, e a página é organizada com as informações sobre a data do evento, o código do município, o estado, o tipo de documento, o tipo de evento, o nome do arquivo e o anexo disponível. E os documentos encontrados dentro desses arquivos podem ser NOPRED (Formulário de Notificação Preliminar de Desastres), AVADAN (Formulários de Avaliação de Danos), FIDE[iii] (Formulário de Informações do Desastre), Decretos Municipais, Portarias (Diários Oficiais), Jornais, Relatório Técnico e outros.

Apesar da importante iniciativa, a experiência de pesquisa no S2ID demonstrou que ainda há muito o que aprimorar. Ao longo da realização do levantamento de dados houve diversos percalços, sendo o principal deles referente à baixa qualidade de grande parte das informações disponibilizadas e, em alguns casos, a sua total ausência.

Muitos registros não possuem seus campos completos. Essas deficiências se manifestam de diversas formas, como por exemplo, na falta de números e outros dados referentes a danos materiais e humanos, em documentos nos quais a área afetada não é informada e na ausência de data em que ocorreu o impacto do desastre.

No que se refere às áreas, na maior parte das fichas, falta a informação de bairros e regiões afetadas, o que impossibilita o estudo de determinadas áreas separadamente. Quando são informadas, as áreas afetadas costumam ser identificadas através do curso hídrico que levou à ocorrência do impacto, como bacias, lagoas e rios, sem haver a especificação de cada local afetado.

Em relação aos danos materiais e humanos, recortes sociais como de raça, classe e gênero não são disponibilizados e, sequer, previstos nos formulários. Tais aspectos são fundamentais para análises sobre os desastres, em especial considerando que

> O paradigma atual envolve uma série de noções inter-relacionadas, mas duas das noções mais fundamentais são as seguintes: (1) os desastres são fenômenos sociais inerentemente, e (2) a origem dos desastres se encontra na estrutura social ou no sistema social. (QUARANTELLI, 2015, p.37).

Para além dessas dificuldades, encontra-se também a limitação de tempo imposta pelo Sistema Integrado de Informações sobre Desastres, no qual os registros dos desastres da região sudeste cessam no ano de 2016. Após este período não houve atualização dos dados, o que gerou a necessidade de busca por informações em outros meios para que fosse possível a complementaridade temporal objetivada na pesquisa.

Ademais, pode-se observar a repetição na sistematização de informações, onde uma mesma informação acaba sendo inserida incontáveis vezes no sistema, causando dificuldades na análise dos desastres.

Como dito anteriormente, os desastres são fenômenos sociais e não casos isolados. Portanto, é imprescindível que sejam considerados todos os seus efeitos, inclusive os que perduram para além do momento do impacto, abrangendo a sua totalidade. Lamentavelmente, torna-se difícil sustentar essa análise por meio dos documentos dispostos no Sistema Integrado de Informações sobre Desastres, uma vez que estes não apresentam resultados e desfechos de desastres, somente a notificação dos mesmos, o que acaba por se qualificar como uma descontinuidade e um abandono das pessoas afetadas.

A realidade acessada pelo S2ID se apresenta de forma bem mais complexa em Santo Eduardo. Localizado a 80 quilômetros do centro da cidade de Campos do Goytacazes, o 13º distrito é apontado como uma das regiões com maior incidência de inundações e alagamentos do município. Ao nos aproximarmos da população diretamente afetada foi possível verificar aspectos bastante diversos dos que tivemos acesso por meio do Sistema, conforme veremos no item a seguir.

3 UMA APROXIMAÇÃO COM SANTO EDUARDO

A relação dos habitantes de Campos com a água se iniciou de forma positiva, sendo determinada como fonte de vida e proteção. De acordo com Lamego (1945),

os índios Goitacás (que eram nômades) permaneceram na cidade pois tinham "[...] como determinante seletiva a influência de um elemento básico do meio geográfico: a lagoa." (VASCONCELOS, 1672, p. 331 apud LAMEGO, 1945, p. 49).

Isso nos remete ao relato de um dos entrevistados. O participante afirmou: "[...] toda cidade nasceu em volta de um córrego, toda, ninguém antigamente fazia uma cidade onde não tinha água" (MORADOR DE SANTO EDUARDO, entrevista concedida à equipe do NESA em 29/01/2021).

Sendo assim, podemos constatar o quanto a água se constitui enquanto elemento central para a estabilização e permanência das pessoas nos lugares.

No entanto, essas águas também causam problemas na cidade desde seu início. Como coloca Lamego "Se o Paraíba fecunda o canavial, também enche a lagoa, afunda o brejal, ensopa o alagadiço." (1945, p. 162)

Ademais, o autor traz o descaso que a população enfrenta perante o poder público: "[...] E contra o alagamento é preciso lutar sozinho. Em todo o 'Ciclo da Pecuária' e em quase todo o período das engenhocas, nenhum auxílio oficial." (LAMEGO, 1945, p. 162). Tal fato ainda se faz presente na atualidade e foi elencado diversas vezes pelos entrevistados, que afirmam que nenhum representante do poder público aparece na localidade antes ou durante o impacto. Quem os acolhe são os moradores das comunidades vizinhas e as igrejas locais, que oferecem suplementos e abrigo. Representantes do poder público comparecem, eventualmente, após a ocorrência do impacto.

Esse distanciamento também se mostra presente nos históricos sobre desastres ambientais na cidade, pois há uma diferença entre os eventos que realmente aconteceram e os que estão registrados. Durante a pesquisa no S2ID constatamos apenas três registros de impactos na localidade, enquanto que os moradores relataram cinco de maior gravidade, nos anos de 1976, 2003, 2005, 2006 e 2020.

Os participantes da pesquisa acreditam que esse "abandono" ocorra devido ao local em que o distrito se encontra. O afastamento do centro de Campos dos Goytacazes também faz com que os serviços oferecidos pela cidade vizinha sejam mais acessados pelos moradores do que os do próprio município de Campos. Os

moradores das cidades próximas também são apontados como os que oferecem apoio durante a fase aguda do desastre.

No entanto, apesar de sentimentos de medo, ansiedade e desespero fazerem parte do cotidiano dos moradores de Santo Eduardo, em função das situações frequentes de desastres e das constantes perdas provocadas, os moradores não se veem se mudando para outro lugar e os que se mudaram por outras razões acabam retornando. Apontam que gostam muito de morar no distrito devido à relação estabelecida com as pessoas, os pontos turísticos do lugar, como o Morro da Pedra da Garrafa e a Cachoeira do Inferno- e destacam também a festa do padroeiro do distrito, Santo Eduardo. Nesse sentido, se constata nessas pessoas um apego muito forte pelo local, o chamado sentimento de pertencimento (MOREIRA; HESPANHOL, 2007).

Trata-se de uma construção social que se constitui de forma coletiva e particular. Isso ocorre, pois, ele se forma a partir de relações sociais e se expressa em cada pessoa de forma diferente e por coisas distintas. Tal sentimento se constitui devido a conexões que o indivíduo estabelece com o território. Como por exemplo, uma admiração pelo local e também pelos vínculos estabelecidos com as pessoas ali presentes.

Nesse processo, é estabelecido um elo muito forte, fazendo com que essas pessoas passem a se sentir parte integrante e insubstituível desse local. Essa vinculação faz com que aquele local passe a fazer parte da identidade do sujeito. Pois como trazem Moreira; Hespanhol (2007) “[...] a identidade [...] seria a expressão da adaptação e da socialização do conhecimento entre o grupo e seu mundo.” (p. 51)

Nesse sentido, alguns autores da área dos desastres já trazem essa relação entre o sentimento de pertencimento e os desastres ambientais. Dentre eles, pode-se destacar Vargas (2013) em seu estudo sobre o desastre ocorrido em 2011 em Teresópolis. A autora ressalta a importância de considerar que a recusa dos moradores de saírem de seus locais de origem quando estão vivenciando situações de desastres está relacionada ao que o local era antes da fase aguda do desastre. Ela coloca que o desastre se caracteriza enquanto “dissolução desse Lugar” (VARGAS, 2013, p. 41).

Em outras palavras, os moradores têm um olhar de vínculo para com o lugar, enquanto que as autoridades vão ter um olhar mais mercadológico, como se fosse um simples pedaço de terra. Isso acaba por gerar uma dificuldade de compreensão quando esses sujeitos recusam a saída. As autoridades acreditam que se eles retirarem as pessoas da "área de risco" e fornecerem um local para eles ficarem já seria suficiente, e acabam não se atentando a outras perdas que essa mudança possa acarretar.

Nesse contexto, como já mencionado, é esse sentimento de pertencimento ao lugar que induz os moradores de Santo Eduardo a permanecerem no distrito. Todavia, eles adotam formas de resistência frente a esses acontecimentos. Tais como, a construção de moradias mais altas - que são os sobrados - e a mudança de casa dentro do próprio distrito.

4 O SABER POPULAR E O SABER TÉCNICO-CIENTÍFICO, UMA ARTICULAÇÃO NECESSÁRIA

A relação dos moradores de Santo Eduardo com o lugar e as formas de enfrentamento aos desastres nos remetem à importância de reconhecimento e de valorização do saber popular e da necessária relação entre esta forma de compreensão e o saber técnico.

O homem é um ser inacabado e inconcluso (FREIRE, 1996), inserido em distintas conjunturas histórico-culturais (AVANZI; MALAGODI, 2005), as quais geram impactos em seu cotidiano. Além disso, as sociedades que o abrigam "criam, transformam e preservam unidades sociais [...]" (BRANDÃO, 2005, p.87), sendo responsáveis por sua socialização. Neste processo, são acumuladas experiências e conhecimentos, sejam acerca da história, dos modos de vida ou da compreensão do universo e da natureza, que sustentam as suas práticas e as suas relações comunitárias. Este acúmulo resulta em uma espécie de saber: o saber popular.

O contato com o saber popular permite visualizar concepções e interpretações de mundo e de ideias próprias de uma dada realidade, possibilitando a troca de saberes entre os indivíduos. Neste sentido, abrem-se espaços para que o outro se

expresse e exponha as suas múltiplas formas de interação consigo próprio, com o outro e com a sociedade, tendo em vista que:

> [...] vivemos situações pedagógicas em diferentes unidades de partilha da vida. Em cada uma delas e da interação entre todas elas é que ao longo de nossas vidas nós nos vemos às voltas com trocas de significados, de saberes, de valores, de idéias e de técnicas disto e daquilo. (BRANDÃO, 2005, p.88).

Desta forma, compreendendo que "[...] nada enriquece mais o que se investiga, o que se sabe e compreende e o que se faz, do que a soma de diferentes contribuições [...]" (BRANDÃO, 2005, p.91), a interlocução da ciência com o saber popular também se torna importante, uma vez que possibilita a elaboração de intervenções cada vez mais próximas da realidade social dos sujeitos.

Nesta perspectiva, a articulação do saber técnico com o saber popular rompe com a noção de que apenas o conhecimento advindo da ciência tem a legitimidade de atuar sobre as tensões presentes na realidade social.

> Há um conhecimento que é propriamente científico e provém de unidades sociais e de pessoas que estudaram para tornar confiável e proveitoso este conhecimento. Mas tão válido quanto este é o conhecimento e o modo de ver e agir de outras pessoas e de outras unidades sociais [...]. (BRANDÃO, 2005, p.89).

Assim sendo, manter em diálogo o saber o popular com o científico, na perspectiva de enfrentamento às consequências causadas pelos desastres ambientais como problemas sociais, segundo Valencio (2014), inaugura processos de aproximação e melhor compreensão dos contextos sociais e históricos e dos impactos causados aos sujeitos concretos.

5 CONCLUSÃO

A partir das análises realizadas no âmbito da pesquisa, esse artigo procurou demonstrar os limites existentes para o acesso às informações dos desastres por meios oficiais, assim como a importância de uma maior aproximação com os casos concretos.

Entendemos que o diálogo entre os diferentes saberes nos diferentes momentos que compõem a gestão de desastres, ou seja, da prevenção, da mitigação, da preparação, da resposta e da recuperação é imprescindível para que novas práticas possam ser tomadas para a construção de políticas públicas que "levem em consideração os saberes que os afetados possuem do território, das suas formas de se relacionar e de compreender o mundo" (DUTRA, 2017, p.229) e contribuam, de forma substantiva, para que a produção de conhecimentos no campo dos desastres esteja fundamentada e comprometida com a o questionamento e a transformação a realidade.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, Henri. Vulnerabilidade ambiental, processos e relações. *In:* ENCONTRO NACIONAL DE PRODUTORES E USUÁRIOS DE INFORMAÇÕES SOCIAIS, ECONOMICAS E TERRITORIAIS, 3. 2006, Rio de Janeiro: FIBGE, 2006.

ALEXANDRE, Paula Simão Sarmento. **Desastres socioambientais no Brasil:** uma breve análise sobre a sistematização da informação em banco de dados. 2021. Trabalho Final de Curso (Bacharelado em Serviço Social) - Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional, Universidade Federal Fluminense, Campos dos Goytacazes, 2021.

AVANZI, Maria Rita; MALAGODI, Marco A. S.. COMUNIDADES INTERPRETATIVAS. *In:* FERRARO Jr., L. A (org.). **Encontros e Caminhos:** formação de educadoras (es) ambientais e coletivos educadores. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2005. p. 94-103.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social:** fundamentos e história. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. COMUNIDADES APRENDENTES. *In:* FERRARO Jr., L. A (org.). **Encontros e Caminhos:** formação de educadoras (es) ambientais e coletivos educadores. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2005. p. 84-92.

BRASIL. Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil – PNPDEC [...]. Brasília: Distrito Federal, 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12608.htm. Acesso em: 10 Jul. 2021.

COUTINHO, Carlos Nelson. Notas sobre cidadania e modernidade. **Praia Vermelha,** Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, 1997.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

LAMEGO, Alberto Ribeiro. **O homem e o brejo.** Serviço Gráfico do I.B.G.E., Rio de Janeiro, 1945.

MOREIRA, Erika Vanessa; HESPANHOL, Rosângela Aparecida de Medeiros. O lugar como uma construção social. **Revista Formação,** n° 14 volume 2, 2007 – p. 48-60.

PEREIRA, Potyara Amazoneida Pereira. A política social entre Deus e o Diabo: determinações e funcionalidades No sistema capitalista. *In*: SENNA, M. de C. M; FREITAS, R. de C. S; MORAES, C. A. de S. (org.). **Política social no Brasil**: sujeitos, trajetórias e institucionalidade. Curitiba: CRV, 2020.

PREFEITURA DE CAMPOS DOS GOYTACAZES. **Campos dos Goytacazes Perfil 2018**. Campos dos Goytacazes, 2018. Disponível em: https://www.campos.rj.gov.br/newdocs/1542233062PERFILCAMPOS2018.pdf. Acesso em: 29 mar. 2021.

QUARANTELLI, Enrico Louis. Uma agenda de pesquisa do século 21 em ciências sociais para os desastres: questões teóricas, metodológicas e empíricas, e suas implementações no campo profissional. **O Social em Questão**, [s. l], v. 33, p. 25-56, 2015.

RODRIGUES, Hervê Salgado. **Na Taba dos Goytacazes.** Imprensa Oficial, 1988

VALENCIO, Norma et. al.(Orgs.) **Sociologia dos Desastres**: construção, interfaces e perspectivas no Brasil. São Carlos: Rima, 2009.

_____. **Para além do "dia do desastre"**: o caso brasileiro. Curitiba: Appris, 2012.

VALENCIO, Norma Felicidade Lopes da Silva. Desastres: tecnicismo e sofrimento social. **Ciência & Saúde Coletiva**, 2014. Disponível em: https://www.scielo.br/j/csc/a/mgDC4L9wdshN9rJ3GLV3PVv/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 10 Jul. 2021.

VARGAS, Maria Auxiliadora R. **Da "chuva atípica" à "falta de todo mundo"**: a luta pela classificação de um desastre no município de Teresópolis/RJ. 2013. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade Federal de São Carlos, São Paulo, 2013.

VIEIRA, Evaldo. **Os direitos e a política social.** 2. ed. Cortez, 2007

---

[i] A pesquisa conta com financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ) e da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ) e foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa.

[ii] Como o S2ID contém informações apenas até o ano de 2016 da região sudeste, foi necessária a busca de outras fontes. E em contato com a Secretaria Estadual de Defesa Civil foi possível complementar as informações de desastres referentes aos anos de 2017 a 09 de novembro de 2020.

[iii] Em 2012 houve a substituição do AVADAN pelo FIDE, passando a ser de preenchimento eletrônico. A alteração, contudo, resultou em um enxugamento do formulário. Sobre este assunto ver Valencio (2014).